



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
Conselho Nacional de Previdência Social

ATA

**310ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
- CNPS -**

Brasília/DF, 26 de fevereiro de 2025

ATA DA 310ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPS

DATA: 26 de fevereiro de 2025

LOCAL: MPS, Bloco F, 9º andar

PRESENCAS

Representantes do Governo MPS – Carlos Roberto Lupi MPS – Wolney Queiroz Maciel SRGPS/MPS – Adroaldo da Cunha Portal SRGPS/MPS – Alessandro Pereira Lordêllo INSS – Alessandro Antônio Stefanutto INSS – Vanderlei Barbosa dos Santos CONJUR/MPS - Felipe Cavalcante e Silva SRPC/MPS – Paulo Roberto dos Santos Pinto SRGPS/MPS – Benedito Adalberto Brunca	Representantes dos Trabalhadores em Atividade FS – Odair Antonio Bortoloso UGT – Aparecido Alves Tenório CUT - Ari Aloraldo do Nascimento CONTAG – Edjane Rodrigues Silva CTB – Rolando Medeiros
Representantes dos Aposentados e Pensionistas SINTAPI/CUT – Gerson Maia de Carvalho CSB – José Avelino Pereira COBAP – Obede Muniz Teodoro SINDNAPI/FS – Tônia Andrea Inocentini Galletti CONTAG – Evandro José Morello	Representantes dos Empregadores CNI – Marcello Caio Ramon e Barros Ferreira CNF – Ivo Esteves Alonso Mósca CNC – Hélio Queiroz da Silva CNA – Jéssica Mercês Ferreira do Nascimento

Ouvinte/Convidado Secretaria-Executiva – Jorge Luiz Viana Secretaria-Executiva – Anderson Fernandes Ferreira da Silva Secretaria-Executiva – Vanessa Ribeiro Almeida Secretaria-Executiva – Pedro Henrique da Silva Lima Secretaria-Executiva – Osório Chalegre de Oliveira Cerimonial – Cícero Laureano CGEET/DRGPS/SRGPS/MPS – Eduardo da Silva Pereira CRPS – Ana Cristina Viana Silveira RDK – Lucas Rocha RDK – Anderson Macedo ANEPS – Fabíola Orsi

CNF – Marcelo Silva

CNF – Cássia Botelho

ANEPS – Ana Isabela Avelino de Sousa

CSB – Luiz Pereira Filho

SINDSPREV/RS – Carlos Vinicius Lopes

XP/Infomoney – Bianca Lima

Valor Econômico – Luan Amorim

SRGPS – Solange Stein

CGM – João Carlos Cyrilo Silva

Gabinete do Ministro – Luiz Eduardo Jones da Silva

SRGPS – Vanessa Barramacher Tocantins

ASCOM – Renata Brumano

CGEEP – Alexandre Zioli Fernandes

I – ABERTURA

Presidindo a mesa, o **Presidente Sr. Carlos Lupi** abriu a 310ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), agradecendo a presença de todos. Aprovou-se a ata da 309ª Reunião Ordinária do CNPS por unanimidade dos presentes. Na sequência, o **Sr. Presidente** pediu orações ao Sr. Bartolomeu Evangelista de França, que enfrentava problemas de saúde.

II – ORDEM DO DIA

Instado o primeiro ponto de pauta: Apresentação sobre a alteração dos prazos do crédito consignado de 84 para 96 parcelas. O Sr. Presidente comunicou que a decisão sobre o aumento do prazo partiu do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), como era de sua prerrogativa. Informou que o palestrante que trataria do tema ainda não tinha chegado e, portanto, passou ao ponto de pauta sobre a evolução dos empréstimos consignados em benefícios administrados pelo INSS. Em posse da palavra, o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** cumprimentou a todos e apresentou a comparação da quantidade de operações de crédito consignado e o valor emprestado de janeiro de 2022 a janeiro de 2025. Lembrou que o reajuste do salário mínimo abria margem para contratações, renegociações e refinanciamentos em janeiro. Resumiu que, em janeiro de 2025, foram 3,976 milhões de operações no total, somando R\$ 20 bilhões. A seguir, detalhou as operações de margem livre e o “troco” do refinanciamento, que totalizaram 3,862 milhões de operações e movimentaram R\$ 11,5 bilhões. Com relação apenas às operações de margem livre, comparou que janeiro de 2023 teve 3,059 milhões de operações, janeiro de 2024 2,492 milhões e janeiro de 2025 fechou com 3,089 milhões de operações. A seguir, tratou das operações de cartão de crédito, indicando que o número de emissões de cartões era maior à data do que em janeiro de 2024, fato que se espelhava no valor utilizado. Falou, também, sobre o cartão de benefício, cuja operação teve início em setembro de 2022, quando registrou-se o pico de mais de 1,6 milhão de cartões emitidos em um mês, ao passo que nos meses seguintes a operação registrou estabilidade, na casa de 100 mil novas contratações por mês. Destacou a margem de comprometimento de renda com o consignado, relatando que, das pessoas que buscavam pela modalidade, 8% já tinham comprometido mais de 35% da renda, 41% comprometeram entre 31% e 35% e 27% entre 26% e 30% do salário. Relembrou que a abertura de margem consignável decorrente do reajuste do salário mínimo e da liquidação de pagamentos daria espaço para novos empréstimos e renegociações por parte do grupo com mais de 31% de comprometimento. Comparou o nível de endividamento da margem consignável entre as modalidades previdenciária e assistencial, resumindo que o beneficiário assistencial chegava mais ao limite de empréstimos do que o previdenciário, sendo que 70% dos endividados tinham comprometimento entre 26% e 31%, mesmo diante da contenção da margem de comprometimento em 35%, enquanto 10% dos beneficiários da previdência estavam com comprometimento de mais de 35% do salário. Dando continuidade, o **Sr. Vanderlei Barbosa dos Santos** apresentou a visão complementar aos dados relatados pelo Sr. Benedito Adalberto Brunca. Iniciou pelo total de contratos em 2025, considerando todas as modalidades, incluindo cartões de crédito e consignados, sendo que, dos 38 milhões de beneficiários elegíveis, 15 milhões tinham contratado os serviços, ou 40,25%. Resumiu que, no caso dos benefícios previdenciários, o montante de operações em cartões de crédito somava R\$ 480 milhões, enquanto em cartões benefício eram de R\$ 327 milhões. Já com relação às transações de cartão de crédito dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), disse que somavam R\$ 65 milhões, contra R\$ 42 milhões nos cartões de benefícios. A seguir, informou que 3,4 milhões de benefícios previdenciários tinham comprometimentos de até 25,99% do seu valor, 2 milhões comprometeram de 26% a 30,99%, 5,8 milhões comprometam entre 31% e 34,99% da renda e 1,2 milhões de benefícios tinham comprometimentos acima dos 35%. Com relação ao BPC, 335 mil comprometeram até 25,99% dos pagamentos, 2,1 milhões entre 26% e 30,99%, 600 mil de 31% a 34,99% e 3 mil mais de 35%. A seguir, falou que os contratos de cartões de crédito para benefícios previdenciários eram 9,2 milhões, enquanto 987 mil beneficiários tinham, porém nunca usaram o cartão. O **Sr. Presidente** observou que os 9,2 milhões de contratos somavam R\$ 480

39 milhões em dívidas, enquanto 10% do total não utilizou o cartão. Já o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** lembrou que, na emissão de
40 cada cartão, 5% da renda ficava reservada como limite e resumiu que os beneficiários do BPC estavam usando mais o cartão e o crédito
41 consignado e atingindo utilização plena com mais frequência. Discorreu acerca das motivações para criação do cartão benefício,
42 incluindo o seguro de vida e o seguro funeral, e indicou que a melhor opção à data seria a unificação dos limites em um único cartão,
43 que comprometeria até 10% da renda. Ainda, o **Sr. Vanderlei Barbosa dos Santos** informou que o cartão de crédito era uma dívida
44 mais cara. A seguir, o **Sr. Adroaldo da Cunha Portal** enfatizou que, quanto mais vulnerável o público, maior o índice de endividamento,
45 uma vez que as pessoas pediam empréstimos como um complemento de renda imediato e com pagamento a longo prazo. Insistiu que
46 crédito não deveria ser complementação de renda e, sim, solução de problemas emergenciais ou fundo para aquisição de patrimônio.
47 O **Sr. Presidente** lembrou que a maioria das pessoas que se endivida não conseguia quitar a dívida. Em conclusão, o **Sr. Vanderlei**
48 **Barbosa dos Santos** relatou que eram 71 instituições financeiras operando com empréstimos consignados à data, 42 oferecendo
49 cartões de crédito e 24 cartões benefício. Iniciando as manifestações, o **Sr. Gerson Maia** lembrou que a margem consignável
50 aumentava para todos os beneficiários no começo do ano, incluindo os que recebiam mais de um salário mínimo. Confirmou que
51 59,75% dos beneficiários previdenciários nunca tinham adquirido empréstimos e, com base na sua vivência, relatou que os
52 beneficiários eram induzidos a contratar cartões de crédito no ato da assinatura dos empréstimos sem sequer serem avisados, sendo
53 que os cartões posteriormente eram desviados e resultavam em processos indenizatórios. Após, o **Sr. Ivo Esteves Alonso Mósca**
54 apontou que os dados não indicavam o crescimento dos consignados, e sim picos, especialmente em janeiro. Argumentou que, se
55 considerada a inflação, os números do consignado estavam em queda e os refinanciamentos aconteciam apenas diante da liberação
56 de uma nova margem. Afirmou que um grande público, perto de 60% dos elegíveis, não solicitava empréstimos, inclusive devido à
57 falta de oferta, que estava restrita em decorrência da baixa taxa de juros. Somou que este público contratava empréstimos mais caros
58 e sugeriu uma melhora na comunicação. Ainda, argumentou que o aumento do prazo para pagamento do consignado aumentaria a
59 dificuldade do cliente em sair do endividamento, por causa do estímulo dos refinanciamentos com troco. Na sequência, o **Sr.**
60 **Presidente** concordou que a grande maioria dos usuários já estava no limite das contratações do consignado e concordou com a
61 necessidade de uma melhora na comunicação com os beneficiários. Após, o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** afirmou acompanhar o
62 consignado desde o seu surgimento, em 2003, e indicou que as financeiras poderiam estar negando empréstimos da modalidade a
63 fim de vender empréstimos mais caros. Argumentou que a informação de que quase 60% dos elegíveis não usavam o consignado era
64 positiva. Concordou que o público precisava ser informado e orientado, declarou que a disputa do mercado dos consignados era
65 natural e explicou que, embora algumas instituições oferecessem consignados apenas para clientes, a modalidade tinha sido
66 construída para possibilitar que o beneficiário tivesse o direito de escolher a instituição. Sobre a questão, o **Sr. Presidente** concordou
67 com o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** e acrescentou que a falta de informações levava as pessoas a errarem no ato da contratação de
68 empréstimos. A seguir, o **Sr. Adroaldo da Cunha Portal** posicionou o consignado como um produto a ser comercializado pelas
69 instituições financeiras e questionou a ausência de dados a respeito da declaração de que os beneficiários elegíveis não estariam tendo
70 acesso ao consignado. Argumentou que, possivelmente, os 60% que não usavam o consignado não queiram se endividar, o que apenas
71 seria confirmado através de dados. Afirmou que não era desejo do Conselho que o número de endividados aumentasse, tendo em
72 vista que, dificilmente, as pessoas quitavam suas dívidas. Na sequência, o **Sr. Ivo Esteves Alonso Mósca** insistiu que uma parcela de
73 beneficiários buscava o consignado, porém não tinha acesso a ele, principalmente os mais velhos. Argumentou que a limitação do teto
74 excluía do acesso ao crédito os grupos de maior risco e concordou que o produto era benéfico para o usuário, mas disse que precisava
75 ser, também, para as instituições. Reforçou que era importante garantir o acesso ao consignado àqueles que dele necessitassem e
76 reiterou que, diante da negativa do crédito consignado, os beneficiários buscavam por opções mais caras. Em conclusão, declarou

que, diante do risco de um cliente apresentar resultados negativos, por regulação, a instituição não concedia crédito a ele, excluindo uma parcela relevante do público. Em resposta, o **Sr. Presidente** julgou incoerente o apontamento de que a taxa baixa prejudicava a contratação dos empréstimos e o **Sr. Ivo Esteves Alonso Mósca** replicou que o público de maior risco precisaria de uma taxa mais alta para dirimir a possibilidade de prejuízo da instituição financeira. Indicou como principal risco a idade dos beneficiários, o que diminuía o desejo de concessão das instituições ou, em alguns casos, diminuía o prazo para pagamento. Lembrou que a média de juros dos empréstimos estava perto do teto, o que enfraqueceu o refinanciamento. Resumiu que a taxa de juros de qualquer modalidade de empréstimo dependia do perfil do cliente, ao que o **Sr. Presidente** lembrou da questão da garantia como um ponto forte dos consignados do INSS. Dando continuidade, a **Sra. Tônia Andrea Inocentini Galleti** opinou que os bancos afastavam determinados públicos da oferta dos consignados através de uma política de exclusão. Apontou que, por trás da colocação do Sr. Ivo Esteves Alonso Mósca, poderia estar o desejo de um debate a respeito do teto de juros, assunto que estava judicializado e não deveria ser debatido no CNPS. A respeito da apresentação, perguntou sobre os dados apresentados quanto ao total de benefícios que usavam o consignado e questionou quantas pessoas que usavam os cartões e, também, tinham consignados. O **Sr. Vanderlei Barbosa dos Santos** explicou que, dos 38 milhões de benefícios do INSS elegíveis para empréstimo, 15 milhões tinham usado o benefício. Então, o **Sr. Gerson Maia** arrazoou que era desejo do sistema financeiro aumentar o número de endividados, visão da qual não compartilhava, insistindo que uma parcela da população não tinha interesse em se endividar. Demonstrou indignação com a informação de que os bancos selecionavam os clientes para empréstimo consignado e julgou como inválido o argumento de que os mais velhos apresentariam mais riscos. Subsequentemente, o **Sr. Ari Aloraldo do Nascimento** sugeriu que o consignado pode ter passado por um processo de desvirtuamento, relatou o histórico evolutivo da modalidade e propôs o debate a respeito da motivação atual do consignado, que surgiu a fim de reduzir as dívidas com agiotas. Refletiu sobre o ponto de vista da instituição financeira, que desejava aumentar o número de endividados, e do CNPS, que buscava caminhos para tirar as pessoas do endividamento. Mencionou o número de instituições habilitadas para oferecer o consignado e questionou qual era a situação delas e como aumentar a quantidade. Encerradas as manifestações, o **Sr. Presidente** instaurou a pauta sobre o aumento das parcelas do consignado de 84 para 96. Em posse da palavra, o **Sr. Alessandro Antônio Stefanutto** desculpou-se pelo atraso e afirmou que, para o INSS, era importante referendar suas decisões no CNPS. Explicou que o aumento das parcelas teve como base a quantidade disponível para os servidores públicos e garantiu que existia base jurídica para a mudança. Prometeu que qualquer nova alteração passaria pelo Conselho, mas somou que entendeu-se que a mudança atual não precisaria da aprovação prévia, dada a justificativa supracitada, além de somar que entidades representativas de aposentados demandaram o aumento das parcelas. Reiterou que a margem consignável não sofreu alterações e resumiu tanto as bases jurídicas da mudança quanto as condições prévias, destacando que o beneficiário poderia optar por um número de parcelas menor do que 96 meses. O **Sr. Presidente** reforçou que a opção era um direito, não uma imposição. Dando continuidade, o **Sr. Alessandro Antônio Stefanutto** apresentou as justificativas da mudança, incluindo a diminuição do valor das parcelas e, conseqüentemente, o aumento da renda do aposentado e a pesquisa do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), que indicou que os brasileiros não tinham medo de longos parcelamentos. Relatou a comparação com outros entes públicos que aplicavam o mesmo prazo ou prazos maiores, o que apontou para uma tendência nacional de alongamento dos prazos. Concordeu que o consignado era um produto importante, mas que precisava ser usado adequadamente. Listou os seguintes benefícios do aumento das parcelas: estímulo ao consumo, aumento do acesso ao crédito, maior flexibilidade, menor pressão financeira, redução da inadimplência e melhoria do planejamento financeiro. Em seguida, disse que a medida afetaria 15,4 milhões de beneficiários com empréstimos ativos e apresentou os dados quanto à quantidade de contratos em relação ao prazo, quanto aos contratos de margem livre, a saber: até 12 meses – 382 mil contratos no total; de 13 a 24 meses – 559 mil contratos; de 25 a 36 meses – 768 mil contratos; de 37 a 48 meses –

1,1 milhão de contratos; de 49 a 60 meses – 1,2 milhão; de 61 a 72 meses – 3,7 milhões de contratos; de 73 a 84 meses – 22 milhões; e de 84 a 96 meses já eram 107 mil contratos. Isto posto, o **Sr. Vanderlei Barbosa dos Santos** explicou que os 107 mil contratos já eram casos em que os beneficiários tinham esticado seus empréstimos diante da nova regra. Continuamente, o **Sr. Alessandro Antônio Stefanutto** concluiu que os números preliminares indicavam potencial para o uso do novo prazo de parcelamento. Iniciando as manifestações, a **Sra. Tônia Andrea Inocentini Galleti** agradeceu a inclusão da pauta no CNPS e registrou o incômodo pela questão ter sido decidida sem a anuência do Conselho, que discutia todos os aspectos envolvidos nos consignados, mesmo diante da premissa do INSS de tomar a decisão de forma monocrática. Reforçou que o papel dos conselheiros era pensar a política pública e lembrou da existência do Grupo de Trabalho sobre o crédito consignado. Refletiu sobre a caracterização de um bom Estado, passando pela sua capacidade de gerar uma população resiliente, o que significaria que as crises seriam superadas com menos prejuízos para a sociedade e que se pressupunha que as políticas não seriam criadas com base no endividamento. Julgou que a medida poderia gerar um alívio momentâneo, mas as pessoas continuariam sendo superendividadas. Resumiu que, enquanto a política do endividamento fosse usada para inserir pessoas na economia, elas estariam sendo jogadas em um poço sem fundo de endividamento e sem esperança de melhoria. Por fim, lembrou que a mudança de 72 para 84 meses de prazo ocorreu como uma medida desesperada em meio à pandemia de Covid-19, o que não se refletia no momento atual, e julgou incorreta a comparação dos beneficiários do INSS com os servidores públicos, uma vez que os salários dos últimos era muito superior. A seguir, o **Sr. José Avelino Pereira** elogiou a intervenção anterior, criticou o prolongamento dos prazos e julgou que poderia levar ao aumento do endividamento, ao que o **Sr. Alessandro Antônio Stefanutto** reforçou que a margem se manteve e que o aumento ocorreria diante do refinanciamento, o que apontou como medida pior do que o aumento das parcelas. Então, o **Sr. Presidente** argumentou que as pessoas já estavam no limite financeiro e que o prolongamento da dívida surgiu como uma tentativa de aliviar este limite. Falou da necessidade de reeducação financeira, porém lembrou que as decisões precisavam partir da realidade e da necessidade da população. Somou que, se em três meses fosse identificado que o parcelamento não surtiu efeito, a opção seria revista. Após, o **Sr. Rolando Medeiros** lembrou do compromisso do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de atender a população mais necessitada com diversos programas, o que estava sendo espelhado pelo Ministério da Previdência Social. Defendeu o aumento do prazo e argumentou que era preferível que os beneficiários adquirissem empréstimos consignados do que com agiotas. Entretanto, criticou a falta de debate do tema no Conselho, pelo qual o **Sr. Presidente** se responsabilizou e garantiu que não se repetiria. Ainda, o **Sr. Rolando Medeiros** perguntou sobre a pauta dos advogados que assediavam beneficiários da previdência nas portas das agências do INSS, ao que o **Sr. Presidente** prometeu que o tema seria abordado em breve. Ainda, o **Sr. Alessandro Antônio Stefanutto** concordou que os funcionários públicos ganhavam mais do que os beneficiários do INSS, opinando que o número de parcelas para os servidores deveria ser reduzido. Desculpou-se por não ter apresentado a pauta ao CNPS antes da sua efetivação. Ato seguinte, passou-se ao item de pauta sobre a apresentação dos indicadores do Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS). Em posse da palavra, a **Sra. Ana Cristina Viana Silveira**, Presidente do CRPS, resumiu que apresentaria o balanço dos dois últimos anos de gestão, iniciando pelo estoque de recursos, que era de 2,3 milhões em janeiro de 2023 e caiu para 1,04 milhão em janeiro de 2025, mesmo diante do acréscimo de 1,1 milhão de novos processos no período. O **Sr. Presidente** explicou que os processos encaminhados para o CRPS eram materiais e precisariam ser examinados, sendo que a “fila”, na verdade, era a quantidade de processos. Relatou que, desde setembro de 2024, observou-se o aumento de solicitações repetidas ao INSS de uma mesma pessoa. Dando continuidade, a **Sra. Ana Cristina Viana Silveira** resumizou que, no período, tinham sido analisados 2,3 milhões de processos, e destacou a queda no número de recursos iniciais aguardando instrução do INSS, que foi de 343 mil em janeiro de 2023 para 129 mil em janeiro de 2025; os recursos aguardando julgamento no CRPS, que foram de 868 mil para 471 mil no mesmo período; e os acórdãos pendentes de cumprimento, que caíram de 996 mil para 311 mil,

mesmo diante dos novos processos. Apresentou a produtividade de 2024, quando foram recebidos 535 mil processos e analisados 1,048 milhão. O **Sr. Presidente** resumiu que foram analisados o dobro de processos do que recebidos, diminuindo as pendências. A **Sra. Ana Cristina Viana Silveira** reforçou que o estoque estava diminuindo, assim como o tempo médio de tramitação dos recursos. Tratou do acervo de recursos pendentes do CRPS, que foi de 754 mil em janeiro de 2024 para 471 mil em janeiro de 2025, sendo que a redução no período foi contínua. Continuou apresentando a evolução dos julgamentos e protocolos iniciais entre 2021 e 2024 e declarou que o tempo médio de tramitação dos recursos era de 418 dias em janeiro de 2023 e chegou a 278 dias em dezembro de 2024, ao que o **Sr. Presidente** reforçou a importância da informação e do avanço. Subsequentemente, a **Sra. Ana Cristina Viana Silveira** somou que a meta era atingir o prazo de 180 dias para recursos até dezembro de 2025 e reduzir ainda mais em 2026. Ainda, ilustrou os dados dos julgamentos referentes ao Fator Acidentário Previdenciário (FAP), que também sofreram queda no estoque e aumento no faturamento, decorrente de tal diminuição. Almejou zerar os julgamentos referentes ao FAP até agosto de 2025, tendo em vista que novembro era o mês em que novos recursos entravam para análise. Após, mostrou o gráfico dos insumos, dizendo que, em 2022, foram julgados 127 mil insumos, que subiram para 308 mil em 2023 e ficaram em 300 mil em 2024, o que também contribuiu para o aumento da arrecadação. Por fim, apresentou os fatores que levaram à melhora do desempenho, a saber: aumento do orçamento, capacitação dos conselheiros e nomeação de novos conselheiros. O **Sr. Presidente** agradeceu a apresentação e abriu espaço para as manifestações. Com a palavra, o **Sr. Gerson Maia** parabenizou a redução da fila e pediu informações sobre o percentual de benefícios concedidos através de processos nas juntas de recurso. Em resposta, a **Sra. Ana Cristina Viana Silveira** disse que a última análise, de dezembro de 2024, apontou que a taxa de reversão era de 22,5%, seja para concessões parciais ou totais. A seguir, o **Sr. Hélio Queiroz da Silva** parabenizou pela apresentação e falou sobre o impacto do FAP no setor do comércio, que era negativo também para o setor produtivo, para a previdência, para a economia e para o trabalhador. Questionou se seria necessária uma política para redução dos acidentes de trabalho para além de palestras, sugerindo programas de redução de acidentes nas empresas com contrapartidas financeiras. O **Sr. Presidente** pediu licença para ausentar-se e solicitou que o Sr. Alessandro Antônio Stefanutto assumisse a Presidência do CNPS. Por fim, avançou-se ao último item de pauta: apresentação dos principais resultados do Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS) de 2023. Em posse da palavra, o **Sr. Eduardo da Silva Pereira** avisou que era a 32ª Edição do AEPS e resumiu sua estrutura. Citou os objetivos do documento, como promover a transparência das atividades da previdência social e fornecer elementos para a sociedade conhecer, avaliar, discutir e propor mudanças para as políticas da Pasta. Avançou para a seção Contribuintes do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), na qual definiu os conceitos de número de contribuintes, número médio mensal de contribuintes e número de contribuintes pessoa física, destacando o crescimento de contribuintes individuais, principalmente Microempreendedores Individuais (MEI), entre 2013 e 2023, que foi de 32%, enquanto a quantidade de contribuintes empregados cresceu apenas 0,56%, fator que explicava parcialmente o agravamento da situação da previdência social. Relatou que, apenas em 2022, o total de empregados superou os números vistos em 2014. Já com relação ao número médio mensal de contribuintes, disse que o crescimento entre 2013 e 2023 foi de 13,1%, chegando ao patamar de 59 milhões. Tratou da densidade contributiva, que chegou a 9,2 meses em 2023, e mencionou a contribuição pessoa física, que ficou em quase 74 milhões em 2023, com crescimento de 6% em dez anos, sendo que o aumento entre as mulheres foi de 11,4% e de homens de 3,3%. Avançando para os benefícios recebidos, explicou que uma pessoa poderia receber mais de uma espécie de benefício dentro do ano e comparou os principais grupos entre 2014 e 2023. Relatou que os benefícios do regime geral cresceram 6% no período e destacou o aumento do salário-maternidade e das aposentarias, além de discorrer sobre os auxílios-doença, cujos dados de 2014 e 2023 tinham sido praticamente iguais. Destacou também o aumento de 133% na concessão de benefícios assistenciais, principalmente a partir de 2021. Ainda, apresentou a estabilidade no número de benefícios emitidos por mil contribuintes, que era de 68,2 em 2014 e ficou em 69,7

em 2023. A seguir, discorreu sobre os benefícios emitidos, que somaram R\$ 665 bilhões em 2022 e R\$ 724 bilhões em 2023. Em ambos os anos foi o equivalente a cerca de 6% do Produto Interno Bruto (PIB). Comparando os dados de 2014 a 2023, disse que o crescimento dos benefícios do regime geral foi de 24%, os assistenciais subiram 38% e 26% foi o aumento no total geral. A seguir, definiu o conceito de beneficiários do RGPS e explicou que, dos 29,5 milhões de beneficiários pessoa física que receberam benefício em 2023, 25,7 milhões receberam uma espécie de benefício e 3,8 milhões receberam mais de uma espécie. Com relação à transição demográfica, argumentou que, nos últimos 10 anos, o crescimento e o envelhecimento da população foram expressivos, com ênfase nos idosos com mais de 80 anos, que foram de 3 milhões para 4 milhões entre 2014 e 2023. Mostrou a evolução dos beneficiários do RGPS por faixa etária e sexo. Em conclusão, explicou como acessar todos os AEPs. Iniciando as manifestações, a **Sra. Tônia Andrea Inocentini Galleti** agradeceu a apresentação e comparou o número de contribuinte ao número médio mensal de contribuintes, indicando que o segundo era maior e questionando se os dados eram sobrepostos. O **Sr. Eduardo da Silva Pereira** reiterou os conceitos e disse que todos os contribuintes considerados no “número de contribuintes” estavam também no “número médio mensal de contribuintes”. Após, a **Sra. Tônia Andrea Inocentini Galleti** perguntou se a tabela de contribuintes pessoa física englobava todos os tipos de contribuição, ao que o **Sr. Eduardo da Silva Pereira** respondeu que sim. A seguir, o **Sr. Ari Aloraldo do Nascimento** argumentou que as duas últimas pautas deveriam ser aprofundadas no CNPS, principalmente com relação ao envelhecimento da população. Indagou se o regime próprio dos servidores estava abarcado nos dados apresentados, ao que o **Sr. Eduardo da Silva Pereira** respondeu que apenas nos casos em que a prefeitura não tinha um regime próprio. Na sequência, o **Sr. Odair Antônio Bortoloso** perguntou se as mães que não eram filiadas ao regime geral tinham direito ao salário-maternidade e o **Sr. Eduardo da Silva Pereira** disse que não e refletiu que o aumento das concessões do salário-maternidade possivelmente estava associado ao aumento dos benefícios individuais. Ainda, o **Sr. Alessandro Antônio Stefanutto** somou que a concessão do salário-maternidade era muito segura, dada a interligação com o cartório, e contou sobre a recente decisão do Supremo Tribunal Federal que permitia que todas as mães tivessem acesso ao benefício, mesmo com uma única contribuição, o que geraria um desequilíbrio e impactaria no orçamento da Pasta. Isto posto, o **Sr. Eduardo da Silva Pereira** informou que a decisão levaria a uma expansão do salário-maternidade e o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** destacou que a taxa de crescimento dos contribuintes era majoritariamente proveniente de mulheres. Continuamente, o **Sr. Rolando Medeiros** perguntou se o aumento das concessões do salário-maternidade tinha sido contínuo ao longo da década ou se houve um pico, ao que o **Sr. Eduardo da Silva Pereira** respondeu que o aumento foi contínuo, variando apenas no período da pandemia. Encerrada a pauta, o **Sr. Ivo Esteves Alonso Mósca** pediu a palavra para lembrar da solicitação de inclusão na pauta da presente reunião da discussão e apresentação de dados sobre a necessidade do aumento do teto da taxa de juros do consignado, ao que a Secretaria Executiva informou que seria deliberado pelo Conselho. Sugeriu o agendamento de uma reunião extraordinária para o debate aprofundado do tema. Isto posto, o **Sr. Alessandro Antônio Stefanutto** reiterou que, primeiramente, o tema seria tratado em reunião ordinária e o **Sr. Ari Aloraldo do Nascimento** insistiu que o consignado precisaria ser debatido como um todo. O **Sr. Alessandro Antônio Stefanutto** lembrou da existência do GT sobre o consignado, o que o **Sr. Ari Aloraldo do Nascimento** julgou insuficiente devido ao tempo curto para análise dos materiais a serem debatidos e solicitou um debate sociológico da questão. Então, o **Sr. Paulo Roberto** propôs o aprofundamento da pauta no GT, que indicaria o encaminhamento à plenária quando julgar que o debate foi esgotado. Opinou que, se a taxa de juros subisse, não seria razoável manter constante o custo de captação. Em conclusão, o **Sr. Alessandro Antônio Stefanutto** pediu que a sugestão fosse reapresentada na reunião subsequente e encaminhou para votação a proposta de inclusão na pauta da 311ª Reunião Ordinária do debate do teto da taxa de juros do consignado, sendo que a proposta foi aprovada com oito votos favoráveis e cinco votos contrários. Registrou que também seria deliberada uma eventual delegação do debate ao GT, conforme sugerido pelo Sr. Paulo Roberto.

229 **III – ENCERRAMENTO**

230 Finalizados os itens da pauta e nada mais havendo a tratar, o **Sr. Alessandro Antônio Stefanutto** deu por encerrada a 310ª Reunião

231 Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS. E, para que tudo fique devidamente documentado, eu, *Thalyta Vieira,*

232 *secretária-executiva do CNPS, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, deverá ser assinada, eletronicamente, pelo*

233 *Colegiado.* Brasília, 26 de fevereiro de 2025.